



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a gravidez não intencional na adolescência, os contextos de desigualdades e suas implicações.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a gravidez não intencional na adolescência, os contextos de desigualdades e suas implicações.

Oportunamente, enviarei sugestões de nomes a serem convidados para a referida audiência.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem a sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul, empatando com Peru e Suriname, com um índice de 65 gestações para cada 1 mil meninas de 15 a 19 anos, segundo dados referentes ao período de 2006 a 2015 divulgados, recentemente, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). De acordo com a agência da ONU, um em cada cinco bebês que nascem no Brasil é filho de mãe adolescente. Entre estas, de cada cinco, três não trabalham nem estudam; sete em cada dez são afrodescendentes e aproximadamente a metade mora na região Nordeste. O relatório aponta estudos que conectam a gravidez precoce com uma menor saúde física e mental na vida adulta; enquanto diversas pesquisas concluíram que a gravidez adolescente provoca desvantagens para meninas de baixo status socioeconômico.

Na maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres mais pobres têm menos opção de planejamento reprodutivo, menos acesso a atendimento pré-natal e são mais propensas a terem partos sem a assistência de um profissional de saúde. O acesso limitado ao planejamento reprodutivo leva a 89 milhões de gestações não intencionais e 48 milhões de abortos em países em desenvolvimento todos os anos, afirmou o UNFPA no estudo.

A exclusão e a cidadania precária afetam não somente a saúde das mulheres, mas também aumentam a desigualdade social e econômica, limitando suas capacidades



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de se inserirem no mercado de trabalho e alcancarem autonomia financeira. A desigualdade econômica reforça e é reforçada por outras desigualdades. As mulheres mais pobres, que não conseguem acessar bons serviços de saúde e recursos que lhe permitam o planejamento reprodutivo, são as que menos capacidade tem de desenvolver seu potencial.

Diante dos dados apresentados pelo relatório, e considerando a responsabilidade dessa Casa de Leis em debater, elaborar políticas públicas e dispositivos legais que sejam capazes de reduzir os índices de gravidezes não intencionais na adolescência, com a finalidade de proteger o futuro de nossas meninas, reduzindo os índices de desigualdades socioeconômicas é que proponho a realização da presente Audiência Pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos (as) nobres parlamentares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de outubro de 2017.

Deputada **ERIKA KOKAY PT/DF**